

Inflacionistas atacam novamente

Por incrível que pareça, ainda há correntes de opinião no Brasil que não se preocupam com a inflação. Para elas, em vez de metas de inflação, deveríamos ter metas de crescimento. Afirma-se que não podemos nos dar ao luxo de ter inflação de país desenvolvido. Um colunista decretou a morte da inflação e criticou o governo por lutar contra ela, pois esse seria "um combate já ganho".

Mais recentemente, o efeito da crise na Argentina na taxa cambial e provavelmente nos preços levou um editorialista a sugerir que se negociasse com o FMI uma flexibilização das metas de inflação em favor do crescimento. A meta anual para 2001, de 4%, deveria ser revista ao menos para 6%.

A inflação, como amplamente provado, é um imposto contra os pobres. Eles não têm como se proteger de suas perversas consequências e sofrem, mais do que outros grupos sociais, com a queda de eficiência econômica e de bem-estar provocada pela inflação, como aconteceu no Brasil. A inflação conspira contra o crescimento e não o contrário. Por isso, nos EUA, o Federal Reserve age sempre que ela chega na faixa dos 3% e o Banco Central Europeu persegue uma meta de 2%.

A sociedade brasileira mudou, mas o fenômeno nem sempre é percebido em toda sua extensão. Deixamos de ser tolerantes com quatro mazelas da vida nacional: a inflação, a corrupção, a má gestão dos recursos públicos e o autoritarismo. Elas são a causa básica de muitas de nossas tragédias, principalmente a concentração de renda.

Estabilidade de preços, de-

mocracia, ética e eficácia administrativa no setor público são valores que se enraízam crescentemente entre nós. Não faria sentido o esforço que temos feito para construir uma democracia vigorosa, semelhante à das nações avançadas, se aceitássemos inflação de país subdesenvolvido. Por outro lado, incorre em incongruência quem condena a concentração de renda e ao mesmo tempo se opõe à ação do Estado para preservar a moeda.

Felizmente, a cultura da estabilidade fincou sólidos alicerces no Banco Central, provavelmente a organização pública que mais evoluiu nos últimos 15 anos. As reformas que lhes retiraram funções de "desenvolvimento" e de gestor da dívida pública da União permitiram ao BC focar-se em sua nobre missão de guardião da moeda e da estabilidade do sistema financeiro.

A criação do Copom, em 1996, institucionalizou o processo decisório sobre a taxa de juros. Em 1999, adotou-se com sucesso a metodologia de metas de inflação, apesar da pobreza dos indicadores econômicos antecedentes e do fato de não se poder usar o núcleo da inflação, como fazem outros bancos centrais. No passado, intervenções do governo levaram ao descrédito público o expurgo de certos eventos nos índices oficiais de inflação.

OBC acaba de dar resposta cabal às demandas dos inflacionistas na 58.^a reunião do Copom, de 17 e 18/4/2001. Didaticamente, a ata da reunião informa que "o controle da inflação de acordo com as metas determinadas pelo governo é o objetivo principal do



Banco Central". Ficou claro que o BC "persegue a trajetória para a meta de inflação de 4% para 2001 e 3,5% para 2002, com intervalo de tolerância de dois pontos percentuais".

O intervalo de tolerância é grande porque, vale repetir, a meta é definida para a inflação cheia e não para o seu núcleo. Segundo o BC, o uso desse intervalo "requer a identificação da causa do desvio". Ou seja, ninguém pense que o intervalo serve para atender demandas de crescimento da economia acima do seu potencial.

A sociedade, particularmente sua parte menos favorecida, pagou um preço elevado pela tolerância com a inflação, em passado não tão remoto. Nosso pecado foi nos prepararmos, via indexação, para conviver com ela e não para combatê-la permanentemente. A contrária do que pensa o colunista, a inflação nem morreu nem será um combate ganho. A inflação é como a democracia: exige permanente vigilância.

Dir-se-ia que não faz muita diferença entre 4% e 6% anuais de inflação em um país que já viu índices mensais de mais de 80%. O problema não é o número, mas o péssimo sinal que o governo emitiria ao rever as metas. Ademais, um pouquinho de inflação para quem foi viciado pode provocar uma recaída. Felizmente para os pobres, os inflacionistas não influenciam o governo.

■ Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada